



**REQUERIMENTO Nº/2009
(Do Sr. Luiz Couto)**

Requer a realização de audiência pública para tratar caso de violações de Direitos Humanos na Baía de Sepetiba - RJ.

Senhor Presidente,

Por solicitação das entidades: Justiça Global, Terra de Direitos, Movimento Nacional de Direitos Humanos - MNDH, o Centro de Cultura Luiz Freire – CCLF e Centro de Defesa de Direitos Humanos da Serra – CDDH/SERRA/ES venho requerer conforme os termos regimentais artigo 24 inciso III que se realize com a maior brevidade audiência pública sobre graves violações aos Direitos Humanos que estão ocorrendo na localidade conhecida como Baía de Sepetiba – RJ.

JUSTIFICATIVA

Em 2006 deu-se início à instalação da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA) na Baía de Sepetiba - RJ, empreendimento realizado pelas empresas Thyssen-Krupp e Vale.

Ocorre que, desde o início das atividades das citadas empresas, a região da Baía de Sepetiba tem sido palco de graves violações de direitos humanos. As populações tradicionais de pescadores relatam casos gravíssimos de homicídios, ameaças, trabalho escravo, tráfico de pessoas, crimes ambientais, dentre outras, decorrentes da ação de “seguranças” das empresas e milícias da zona oeste do Rio de Janeiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



De acordo com um defensor ameaçado, homens armados em lanchas perseguem os pescadores e já tentaram passar por cima dele duas vezes.

Há ainda relatos da arregimentação clandestina de imigrantes nordestinos e chineses para trabalhos em condições de análogas à escravidão, bem como de que técnicos do IBAMA que desenvolveram atividades fiscalizatórias, face aos delitos ambientais identificados, foram afastados de seus cargos e estão sendo criminalizados.

Diante da gravidade das denúncias, solicito a esta Comissão que aprove **realização de audiência pública** para tratar do caso da Baía de Sepetiba. Para esta atividade requiero ainda presença das autoridades relacionadas ao tema, seja do Poder Executivo Federal, do Judiciário e Ministério Público Federal (sexta câmara) e representantes das entidades da sociedade civil seja local e das já citadas acima. Neste sentido, acerca dos nomes para falar na audiência serão acordados posteriormente com as entidades demandantes.

Atenciosamente,

Deputado LUIZ COUTO
PT/PB